

## CONHECENDO A TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

**Atamis Antonio Foschiera**

Professor Doutor de Geografia da Universidade Federal do Tocantins  
Campus de Porto Nacional  
[atamis68@hotmail.com](mailto:atamis68@hotmail.com)

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória de organização dos atingidos por barragens frente à política do setor elétrico colocada em prática no Brasil. As informações que dão sustento ao artigo são baseadas em leituras bibliográficas, entrevistas com lideranças e militantes de organizações de atingidos, documentos expedidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, documentos expedidos por instituições do Estado ligados à questão, entre outros. Espera-se que ao final da leitura deste artigo, o leitor possa conseguir entender os avanços e dilemas por que passaram e passam as organizações dos atingidos por barragens, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens.

**Palavras Chave:** movimentos sociais, Movimento dos Atingidos por Barragens, setor elétrico.

### KNOYING THE TRAJECTORY OF ORGANIZATION OF THE PEOPLE AFFECTED BY DAM

#### ABSTRACT

This article has as an objective presenting the trajectory of the organization of people affected by dams before the electrical sector policy put into practice in Brazil. The information that give support to the article are based on bibliographic readings, interviews with leaders and militants of organizations of the affected people, documents sent by the People Affected by Dams Movement – (MAB), documents sent by institutions of the State related to the issue, and the like. It's expected that in the end of this article's reading, the reader may understand the advances and dilemmas that the organization of people affected by dams, specially the People Affected by Dams Movement.

**Keywords:** social movements, People Affected by Dams Movement, electrical sector.

### INTRODUÇÃO

No final da década de 1960, nos países europeus, e uma década depois, nos países da América Latina (sob ditadura militar), tivemos uma retomada das manifestações populares em busca de uma maior participação da sociedade civil na definição dos rumos a serem seguidos pelos seus países. É nesse enfoque que no final dos anos de 1970, no Brasil, vão surgir organizações de atingidos por barragens. Essas organizações passaram a fazer frente ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo federal, que necessitava de grande consumo de energia e, que via na construção de grandes usinas hidrelétricas – UHE, a forma de suprir esta energia.

Buscando acrescentar maiores informações sobre temas ligados à organização de atingidos por barragens, propomo-nos a apresentar a trajetória dessas organizações frente à política do setor elétrico colocada em prática no Brasil. As informações que dão sustento ao artigo são baseadas em leituras bibliográficas, entrevistas com lideranças e militantes de organizações de atingidos, documentos expedidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, documentos expedidos por instituições do Estado ligados à questão entre outros. Aqui, destacamos as matrizes teóricas e temas que orientaram e orientam as ações dessas organizações, em especial o MAB, e como vem sendo construído o conceito de atingido por barragens.

---

Recebido em 03/04/2010  
Aprovado para publicação em 13/12/2010

Este texto, com pequenas alterações, faz parte da tese de Doutorado em Geografia, apresentada na UNESP/Presidente Prudente, sob o título – “Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil”.

Espera-se, que ao final da leitura deste artigo, o leitor possa conseguir entender os avanços e dilemas por que passaram e passam as organizações dos atingidos por barragens e os desafios que são colocados às mesmas na atualidade.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E A ORGANIZAÇÃO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS**

Se a década de 1980 foi considerada como uma década perdida pelos economistas, para os movimentos sociais podemos considerá-la como uma década de avanços organizativos, conquistas e, também, de alguns reveses. Vários movimentos sociais vão se formar, ligados a diferentes setores sociais que, juntos, vão dar origem a um ciclo de protesto que gerará uma sinergia, uma onda de euforia na sociedade, criando a perspectiva de que uma nova realidade social seria construída, assentada numa sociedade com equidade social e ambientalmente sustentável.

Nesta década, o “povo” ganhou as ruas, exigindo abertura democrática, eleições diretas, participação dos trabalhadores nas decisões políticas centrais que rebateram na composição política de sustentação do Estado, entre outras coisas. Muitas lideranças populares assumiram cargos eletivos e várias ações, visando suprir de infraestrutura áreas onde se localizavam grupos sociais excluídos, foram realizadas, bem como políticas públicas voltadas aos interesses dos trabalhadores foram colocadas em prática. Estas conquistas eram vistas como fruto de uma luta dos trabalhadores organizados, que, de forma pacífica, influenciavam na tomada de decisão de governantes e pretendiam fazer uma grande transformação social no interior do próprio sistema capitalista.

No setor elétrico não ocorreram alterações de seu modelo de organização<sup>3</sup>, porém consideráveis modificações foram ocorrendo no tratamento a ser dado às questões ambientais e sociais, devido à pressão popular. Criou-se a necessidade de se elaborarem estudos dos impactos ambientais para a construção das barragens e, a partir destes, se propôs uma série de ações para amenizar e/ou mitigar estes impactos. A luta dos atingidos por barragens colocou-os como sujeitos que devem ser levados em conta no momento do planejamento do empreendimento e não apenas como empecilhos a serem removidos (MORAES, 1994; NAVARRO, 1996; ROHTMAN, 1996).

Nos anos 1990, no Brasil, esta nova sociedade idealizada anteriormente, passou a ser questionada pelos grandes detentores do capital, por meio de um projeto, que tinha como um dos eixos fundamentais, transferir para a iniciativa privada o controle de atividades econômicas que vinham sendo desempenhadas pelo Estado. Para tanto, fez-se necessário quebrar o poder dos trabalhadores organizados de influenciar sobre as decisões a serem tomadas pelo Estado (ANDERSON, 1995). Nesta década vamos perceber uma inversão da realidade que ocorreu nos anos de 1980, com a ascensão do domínio do capital e o descenso (GEBRIM, 2005b) ou refluxo (SCHERER-WARREN, 1996) dos movimentos sociais.

Esse início de século XXI é marcado pela continuidade da ação ofensiva do capital sobre o território, porém, percebemos também, de forma mais intensa em uns setores e menos em outros, vozes criticando esta expansão do capital, seja buscando questionar alguns de seus elementos, seja se opondo ao processo como um todo (BARROS, 2005; NIEMEYER, 2007; GEBRIM, 2005a).

Os movimentos sociais que se mantiveram ativos com a reestruturação do capital também vêm passando por um processo de reestruturação e estão redefinindo seus objetivos, suas estratégias e táticas, buscando fazer frente à expansão do capital. A relação entre os movimentos se intensifica por meio da criação de vários fóruns coletivos de debates, pois os envolvidos têm convicção que a luta contra o capital necessita de ações conjuntas dos mesmos, formando um movimento em rede e antissistêmico (ZIBECCHI, 2005 e WALLERSTEIN, 2005).

Nos anos 1990, o setor elétrico também passou por um processo de reestruturação, levando, entre outras coisas, à desverticalização de suas atividades, privatizando os setores de geração e distribuição de energia elétrica, criando o mercado de energia e diferenciando os consumidores entre cativos e livres. No que tange à construção de hidrelétricas, vai ocorrer a formação de consórcios privados para sua construção e geração de energia, que poderá ser vendida ou consumida pelas empresas geradoras (ABREU, 1999; PINHEIRO, 2006; GONÇALVES JUNIOR, 2007). Neste sentido, a construção de usinas hidrelétricas (UHE) ou a

<sup>3</sup> O setor elétrico era controlado, principalmente, pelo Estado (Verticalizado), sendo a geração e a transmissão da energia sob controle do governo federal, e a distribuição sob responsabilidade dos governos estaduais.

compra daquelas que foram privatizadas, passa a ser uma nova forma do capital se expandir, confrontando-se diretamente com os atingidos que buscam não serem desterritorializados ou garantirem o máximo de ganho no processo de des-re-territorialização (PINHEIRO, 2006).

O conflito dos atingidos, antes da reestruturação do setor elétrico, se dava com o Estado, porém o capital vem se mostrando muito mais voraz no objetivo de se apropriar das áreas onde serão construídas as hidrelétricas, apesar de estar mais aberto a conversações com os atingidos, seja por força da lei ou da luta histórica dos próprios atingidos.

Na defesa dos interesses dos atingidos destacasse o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que se formou da aproximação de diferentes organizações de atingidos localizadas nas diferentes regiões do país, em 1991. O MAB, atualmente, possui organizações locais em 15 estados brasileiros<sup>4</sup>, mas estes números são muito variáveis ao longo do tempo e do espaço, pois devido à construção de novas barragens pode ampliar-se, ou devido à finalização da construção de uma hidrelétrica e/ou ausência de continuidade de organização dos atingidos pode diminuir.

Ao longo de suas histórias de luta, as organizações de atingidos e o próprio MAB, passarão por diferentes entendimentos sobre a política de energia, sob orientação de diferentes matrizes discursivas e conviverão com diferentes compreensões de quem são os atingidos por barragens.

### **A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE ATINGIDOS POR BARRAGENS**

Usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil desde o final do século XIX; porém, o questionamento e ações de resistência frente à construção de grandes empreendimentos se deram, de forma mais incisiva, a partir da segunda metade da década de 70, do século XX. As organizações de resistência de atingidos se formaram fazendo frente à construção de um empreendimento hidrelétrico ou questionando projetos que previam a construção de várias UHEs em uma determinada bacia hidrográfica. Desta maneira, surgiram movimentos sociais isolados ou de abrangência regional, que passaram a questionar a política energética brasileira.

A Igreja Católica progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de suas Pastorais, foi a principal organizadora e formadora de lideranças de atingidos por barragens num primeiro momento, sendo que, no Sul do Brasil e em Rondônia, mais especificamente em áreas nas quais se localizavam descendentes de imigrantes alemães (Itaipu, Itapiranga, Foz do Chapecó, Ji-Parná etc.), contou com a participação e colaboração de integrantes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IELCB).

Também é importante destacar a participação de professores universitários<sup>5</sup> identificados com as lutas populares, que colaboraram na organização e na formação da matriz discursiva dos atingidos. Neste período, alguns signos de linguagem como “caminhada, povo oprimido e libertação”, o símbolo da cruz, de cantos e rituais como missas, procissões e romarias, marcaram as ações dos atingidos, demonstrando a influência da Igreja sobre os mesmos.

Posteriormente, por volta da segunda metade da década de 1980, o sindicalismo<sup>6</sup>, muito fruto da influência da Igreja Progressista, passou a ter importância significativa na organização dos atingidos, pois os mesmos também eram, na sua grande maioria, pequenos produtores rurais e integrantes de sindicatos dos trabalhadores rurais. Por intermédio dos sindicatos rurais, os atingidos se aproximaram da Central Única dos Trabalhadores - CUT e de sindicatos de trabalhadores urbanos.

Os primeiros cursos de formação, dos quais os atingidos participavam, não eram elaborados para debater, exclusivamente, a questão das barragens, mas envolviam, uma discussão mais ampla da sociedade, buscando formar lideranças que atuariam em diversos frentes de organização social. Assim, participavam dos cursos pessoas que colaboraram na organização dos atingidos por barragens, dos trabalhadores rurais sem-terra, dos que se voltaram para a

<sup>4</sup> PA, RO, TO, MA, MT, GO, CE, PB, SE, BA, MG, SP, PR, SC, RS.

<sup>5</sup> São inúmeros os professores universitários que colaboraram/colaboram com o MAB nas diferentes regiões do país. Na atualidade, podemos destacar três que tiveram importante influência na matriz discursiva do Movimento: Carlos Bernardo Vainer, da UFRJ, discutindo o conceito de atingido; Célio Berman, da USP, debatendo o consumo da energia e; Dorival Gonçalves Junior, UFMT, discutindo o preço da energia.

<sup>6</sup> Scherer-Warrer (2007), analisando a organização dos atingidos por barragens do rio Uruguai, destaca que a passagem da maior mediação da Igreja Progressista para o sindicalismo ocorreu de forma paulatina e em diferentes ritmos em cada região. Com a condenação da Teologia da Libertação pelo Vaticano, nos anos 80, os religiosos que a seguiram perderam apoio e poder de atuação junto à população.

organização dos sindicatos combativos entre outros, sendo que, algumas vezes, uma pessoa poderia se fazer presente em mais de uma frente. Na formação de lideranças foram importantes os cursos realizados pela Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) e, posteriormente, pela Escola Sindical do Alto Uruguai (ESAU), no Sul do Brasil; os cursos sobre Fé e Política organizados pela Diocese de Ji-Paraná, em Rondônia; enquanto que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco (CDDHSF) se destacou no Nordeste brasileiro. A formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a participação de lideranças dos movimentos nos sufrágios eleitorais passaram a ser encaminhamentos de alguns destes cursos, mesmo que, muitas vezes, não de forma muito explícita.

Os cursos de formação qualificavam lideranças que organizavam os demais atingidos para fazer frente à forma como estavam sendo planejadas e realizadas as construções de barragens. Esta organização dos atingidos, seja por barragem ou por bacia hidrográfica, entrava em conflito tanto com as forças do Estado, que eram responsáveis pela construção dos empreendimentos, como também, com forças locais, que se posicionavam a favor da obra. Esta disputa se direcionou para a ocupação de cargos eleitorais, em escala local (prefeitos e vereadores), estadual (governador e deputados estaduais) e nacional (presidente, senadores e deputados federais). Apesar de os grupos políticos, apoiados por uma significativa parcela de atingidos, conseguirem mobilizar uma considerável quantidade de pessoas em atos públicos, nas urnas os resultados não eram os esperados, embora, geralmente conseguissem eleger algumas lideranças que os representavam.

As ações das lideranças dos diferentes movimentos que agregavam atingidos por barragens, no Brasil, procuravam garantir que os mesmos fossem aceitos como representantes dos demais atingidos, tanto em escala local como nacional, o que significava serem aceitos pela comunidade onde moravam e serem reconhecidos pelo Estado como interlocutores dos atingidos. A garantia de uma indenização justa e a inclusão de famílias que não tinham documentos de posse da terra entre os que deveriam ser indenizados foram as primeiras reivindicações das organizações dos atingidos, seguidas pela luta contra a construção de grandes barragens ou pela alteração de projetos originais, buscando diminuir a área impactada.

As manifestações populares das organizações dos atingidos se davam tanto no sentido de enfrentamento direto frente à construção da barragem ou busca de indenizações que entendiam ser justas, como nos atos públicos por uma maior democratização do país. A esperança era a guia mestra das organizações dos atingidos, seja pela influência de representantes da Igreja vinculados à Teologia da Libertação por meio do discurso da "Terra Prometida"<sup>7</sup> ou por meio da luta política, que indicava a possibilidade de tomada de poder dos trabalhadores e a superação da exploração do capital. No Brasil, se destacaram três focos de resistência das comunidades atingidas, no fim dos anos 70 e início dos anos 80, do século XX, a saber: na região Nordeste, na região Sul e na região Norte do país (VIEIRA, 2001).

Na região Nordeste sobressaiu-se os atingidos pela hidrelétrica de Itaparica, por intermédio do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, que lutavam pela indenização dos atingidos pela mesma. Na região Sul do país as ações dos atingidos se voltaram para a construção da hidrelétrica de Itaipu<sup>8</sup>, no rio Paraná, e para as hidrelétricas planejadas na bacia hidrográfica do rio Uruguai, que afetariam comunidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Da organização dos atingidos de Itaipu surgiu o Movimento Justiça e Terra (MJT), enquanto que os atingidos pelas hidrelétricas no rio Uruguai formaram a Coordenação Regional dos Atingidos da Bacia do Rio Uruguai (CRAB). Na região Norte tem-se a organização dos atingidos pela barragem de Tucuruí, por meio do Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, que direcionou suas ações nas negociações com a Eletronorte, responsável pelo empreendimento.

As lutas dos atingidos ocorrem em diferentes momentos da construção dos empreendimentos hidrelétricos (antes, durante e/ou depois), tendo objetivos diferentes e poder de organização e negociação também diferenciados.

## **MATRIZES TEÓRICAS E TEMAS ORIENTADORES DOS DEBATES DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

A formação de um movimento social, geralmente se dá, a partir de um descontentamento

<sup>7</sup> Quando a religiosidade era muito presente nas manifestações dos atingidos, por intermédio de missas, romarias etc.

<sup>8</sup> Maiores informações sobre a organização dos atingidos pelas barragens de Itaipu podem ser obtidas em MAZZAROLLO, 2003; GERMANI, 2003.

coletivo devido a uma carência ou à possibilidade de perda coletiva, seja ela material - terra, moradia - ou imaterial - sexo, raça, etnia (FOSCHIERA, 2000). Na formação do movimento social, seus integrantes assumirão um discurso e uma prática sustentado por este, sendo que ambos poderão ser modificados com o passar do tempo, devido ao aprendizado prático dos movimentos, à aproximação de novos interlocutores, à mudanças na conjuntura que envolve o movimento entre outros motivos.

As organizações dos atingidos por barragens, ao longo de sua história, mudaram suas matrizes teóricas, bem como os temas que orientavam seus principais debates. Apresentaremos, a seguir, matrizes teóricas e temas que orientaram os debates de organizações de atingidos por barragens, destacando mudanças que se processaram sobre esta questão no interior destas organizações. Este assunto é enfocado levando-se em conta o período em que as organizações de atingidos atuavam de forma mais individualizada, por barragem ou bacia hidrográfica, no momento posterior, quando ocorre uma maior aproximação das mesmas, que resultou na formação do Movimento dos Atingidos por Barragens, no início da década de 1990, bem como, na atualidade, marcada por uma nova reestruturação do MAB, ligada à expansão do neoliberalismo no Brasil.

### **ANOS 80 E 90, DO SÉCULO XX: EM BUSCA DO CONTROLE DO ESTADO**

Podemos distinguir três momentos que diferenciam a intervenção político-educativa dos mediadores que influenciaram a definição das estratégias do atingidos por barragens em suas organizações nas décadas de 1980 e 1990, a saber: sob orientação da Igreja Progressista, pela atuação das escolas sindicais<sup>9</sup> e pela formação técnica (MORAES 1996).

No primeiro momento, (1978 a 1986) destacaram-se setores progressistas da igreja, ligados à Teologia da Libertação (CPT e Pastorais da Juventude), desenvolvendo iniciativas na formação de lideranças e de organização das comunidades rurais. Buscava-se introduzir mudanças na visão conservadora das estruturas sociais arraigadas entre os agricultores.

É a igreja popular, que, com a sua ação libertadora, passa a redefinir, com maior clareza, os limites entre o político e o religioso, valorizando o potencial libertador do universo simbólico popular com uma ação pastoral mais perto dos valores e das necessidades populares, enfatizando a justiça social. Visava-se a construção de uma “nova sociedade”, sustentada por uma democracia de base através da participação. Para tanto, fazia-se necessário quebrar a estrutura comunitária hierarquizada existente, baseada na centralidade de poder do líder da comunidade. Os debates se estruturavam sobre a exploração e o domínio do capital sobre a sociedade e a necessidade de organização dos pobres para combatê-lo. Entendia-se que “[...] as barragens, filhas do ‘mal maior’, o capitalismo, deveriam ser exorcizadas” (MORAES 1996, p.145).

Simultaneamente à organização dos atingidos por barragens, de forma imbricada, foram se formando oposições sindicais e comissões provisórias de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), pastorais rurais, grupos de mulheres etc. A formação de lideranças, propiciada pela igreja progressista, concentrava-se em cursos de fim de semana, assimétricos e esparsos, sem continuidade a médio e longo prazos.

O segundo momento (1986 a 1989) é marcado pela ação sindical, que redirecionaram os rumos e estruturas organizativas dos movimentos rurais. Destaca-se, a partir de então, o surgimento de novas instituições capazes de assumir o papel político-educativo, bem como a perda de espaços da igreja progressista e popular pela igreja com posições mais conservadoras<sup>10</sup>. As lideranças formadas, e já atuantes, conseguiram ganhar a direção de vários sindicatos, mas, muitas vezes, faltavam-lhes maiores conhecimentos para conduzir essas instituições. Surge a necessidade de uma formação continuada e com objetivos mais estratégicos. Nasce, então, as escolas sindicais, que tinham como público alvo lideranças que já participavam de movimentos. Os cursos eram divididos em várias fases, com duração de cinco dias cada (MORAES, 1994).

<sup>9</sup> Escolas de educação informal ligadas a STR's combativos destinadas à formação de lideranças sindicais, que surgem na década de 80 e passam a ser controladas pela CUT nos anos 90. Por intermédio destas escolas os sindicatos buscavam autonomia em relação à igreja no que tange à formação de lideranças. Como exemplo podemos destacar: Escola Sindical Margarida Alves (região Sul), Instituto de Formação e Assessoria Sindical (GO) e STR de Santarém (PA) (MORAES, 1994).

<sup>10</sup> Igreja com proposta mais contemplativa, voltada a um mundo espiritualizado, para o qual o mais importante é a salvação da alma. Segundo Maués (2001), a Igreja Conservadora é formada por dois movimentos, um tradicional e outro moderno.

A proposta maior das escolas sindicais era a transformação da sociedade capitalista em socialista. “Acreditava-se no salto imediato dos regimes de grupos (corporativismo) ao regime de igualdade, pela tomada de poder do Estado em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal)” (MORAES, 1994, p.169). A atuação das lideranças priorizava ações junto aos sindicatos combativos e a formação e expansão do Partido dos Trabalhadores.

O terceiro momento (anos 1990) é marcado pela “formação técnica” e caracteriza-se por se preocupar com as demandas imediatas e específicas dos movimentos, colocando “a organização em torno das questões do cotidiano no centro da construção de um projeto político” (MORAES, 1994, p.192). As escolas sindicais acabam sendo encampadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e passam a ter como público alvo os dirigentes sindicais municipais, no intuito de ampliar o horizonte de compreensão do mundo para além das escalas local e regional, chegando à global. Abandona-se a concepção teórica sobre classes sociais baseadas na burguesia, pequena burguesia e assalariados e passa-se a trabalhar com uma diversidade social maior.

Surge a necessidade de se trabalhar com questões econômicas do cotidiano e adotar políticas de alianças. A formação passa a ter um perfil de capacitação profissional, subsidiando seus participantes com informações técnicas (custos, gastos, margem de lucro etc.) para que, no momento de negociar, consigam enfrentar o “outro lado” com clareza política e ideológica. O aspecto politizante fica relegado a um segundo plano e se aposta nos resultados econômicos.

No que tange aos principais eixos que orientaram as ações contestatórias das organizações de atingidos por barragens, Ruszczuk (1997) vai destacar que, até meados dos anos 1990, predominaram a luta pela terra, a questão energética e a questão ambiental.

A luta pela terra foi o primeiro eixo contestatório das organizações de atingidos, pois a construção da barragem significava, logo no primeiro momento, a perda da terra de trabalho e de moradia. As idéias de “indenizações justas” ou da troca de “terra por terra” vão demonstrar essa questão. A terra era o elemento agregador dos atingidos, envolvendo tanto os proprietários como os não-proprietários, mas que viviam “dos frutos” da mesma; abarcava os mais variados tamanhos de propriedades e posses; e as distintas formas de produção, independentemente da maior ou menor relação com o mercado ou com maior ou menor grau tecnológico. Apesar destas diferenças, e devido à possibilidade de perda da terra que utilizavam para sua sobrevivência, passaram a formar um grupo único e a serem identificados como “atingidos”.

Ter que sair da terra em que viviam significava uma conotação negativa, ou a desestruturação de sua atividade econômica, social e cultural, podendo representar o fim de sua existência, de seu sustento e, especialmente, da sua condição camponesa, caso fossem obrigados a migrar para as áreas urbanas.

A questão da terra envolvendo os atingidos pelas barragens foi inserida na discussão política da esquerda ligada ao sindicalismo cutista, que agia no processo de luta pela terra, a qual incluía os atingidos sem documentos de posse de terras como grupo que deveria ser reassentado, permitindo uma aproximação maior das organizações dos atingidos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (RUSZCZYK, 1997).

Entendia-se que o Estado, com seu projeto modernizador, ligado aos interesses do grande capital nacional e transnacional, excluía os pequenos produtores do campo por meio da “modernização” da agricultura e dos projetos de intervenção e infraestrutura, como a construção de grandes barragens. Por isso o Estado era um inimigo a ser combatido e, dessa forma, era fundamental a aliança dos vários movimentos sociais para fazer frente à sua política excludente. A luta pela terra, que era a luta contra o Estado defensor e propulsor do capitalismo, era entendida como uma expressão da luta de classes.

A contestação sobre o modelo energético ocorria questionando-se a necessidade de construção de tantas barragens e, posteriormente, indagando-se para quem a energia seria gerada e para qual finalidade? Percebeu-se a existência de um modelo de desenvolvimento que estava sendo estruturado sobre o consumo intenso de energia, tendo as hidrelétricas como principal fonte geradora. Esta percepção vai levar a uma disputa ideológica entre os que defendiam a construção das mesmas (barrageiros) e as organizações dos atingidos. Os barrageiros viam as barragens como sinal de progresso nacional e como surgimento de novas oportunidades econômicas para as comunidades locais, por meio dos empregos que iriam

gerar ou das novas oportunidades de negócios que surgiriam, como na área do turismo e do comércio em geral.

As organizações dos atingidos questionavam a idéia de progresso que vinha sendo colocada em prática, destacando que ela seria geradora de um modelo de desenvolvimento excludente, que não traria benefícios aos atingidos e nem à sociedade regional onde as barragens seriam construídas. Alegavam, ainda, que a barragem se tornaria um enclave que levaria para fora da região os bens por ela produzidos, ocorrendo apenas a captura da área do empreendimento por grupos financeiros nacionais e/ou internacionais (VAINER e ARAÚJO, 1992).

As organizações dos atingidos apresentavam como opções ao modelo energético, que estava baseado nas grandes barragens, a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a repotencialização de usinas hidrelétricas com maior tempo de uso e investimentos em formas alternativas de energia como a solar, eólica entre outras (Caderno N. 7 do MAB, s/d).

A importância da presença das organizações dos atingidos nos debates sobre a questão energética vai sendo ampliada, chegando as mesmas a assumirem a coordenação do documento sobre energia, na Convenção Paralela da Eco 92. A ampliação do reconhecimento do poder dos atingidos ocorre paralelamente ao crescimento das discussões sobre a privatização do setor elétrico brasileiro, durante o governo Collor.

Com a ameaça da privatização do setor elétrico, os atingidos passam a ter uma aproximação maior com os trabalhadores deste setor, na luta contra as privatizações e contra os cortes de verbas para o mesmo, pois isso se refletiria diretamente nos acordos de indenização que haviam sido assinados nas diversas regiões onde haviam sido construídas barragens.

A questão ambiental foi constantemente referenciada nas discussões que envolviam a construção de barragens e ainda é utilizada como uma forma de questionar estas construções. A aproximação com entidades internacionais financiadoras de projetos voltados à questão ambiental foi um dos impulsionadores desse debate.

A intensificação de debates sobre este tema foi influenciado, também, pela realização da Eco-92 que criava uma expectativa “de organização da sociedade civil, em nível planetário, em torno de uma reflexão e ações sociais globais e localizadas, orientadas no sentido de apontar perspectivas para os grandes e graves problemas ambientais” (FUNEZ, 2002 p. 74).

Na luta dos diferentes grupos atingidos por barragens não houve uma ação homogênea em relação à questão ambiental. O que se apresentou de mais concreto, destacado e sintetizado foram as ações realizadas pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB)<sup>11</sup> e que serão utilizadas aqui para exemplificar o pensamento dos grupos atingidos.

Para assessorar a CRAB na implementação de suas ações ambientais buscou-se assessoria junto ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Nos debates internos da CRAB, junto com sua assessoria, buscaram-se elementos ligados à questão ambiental que pudessem ser utilizados como instrumento na luta contra as grandes barragens, que, segundo FUNEZ (2002), representaram colocar uma roupagem “verde” na velha luta da CRAB. Segundo Funez (2002), de 1992 a 1998, a CRAB organizou 36 cursos com carga horária de 60 horas sobre educação ambiental em 34 municípios da área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Uruguai e em alguns reassentamentos de atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, envolvendo aproximadamente 1.570 professores da educação básica e muitos atingidos.

Por meio dos cursos de Educação Ambiental, a CRAB buscava questionar o conceito de ambiente utilizado pela ELETROSUL, que se restringia ao manejo dos meios físico e biótico, como controle da água, para que não comprometesse a vida útil das turbinas, e controle do assoreamento do reservatório, para garantir que fosse acumulada a quantidade de água necessária para a geração de energia. Nesta perspectiva, como afirmam Vainer e Araújo (1992), fica claro que o ambiente que a ELETROSUL destacava era o “ambiente do setor elétrico”, no qual a população humana afetada era apenas mais um elemento constituinte desse ambiente.

A proposta de educação ambiental da CRAB visava apresentar um novo conceito de ambiente, buscando afirmar um novo padrão de relacionamento entre homem e ambiente, que não excluísse a grande maioria da população do desenvolvimento e nem levasse à degradação do

<sup>11</sup> Comissão Regional dos Atingidos por Barragens que se localizava na região Sul do Brasil, com maior atuação na região do Alto Uruguai (divisa entre os estados do RS e SC).

ambiente natural, no qual a sociedade se integra e desenvolve-se com a natureza, e não contra ela. Tomou-se como diretriz de atuação a “pedagogia de resistência”, que visava resgatar o inconformismo, a indignação e a rebeldia através do esclarecimento, oferecendo subsídios conceituais e metodológicos que dessem condições de entender e relacionar a abordagem global com as ações locais que envolviam os participantes dos cursos, destacando-se os impactos ligados ao projeto de construção das barragens na bacia do rio Uruguai.

Ruszczik (1997) vai destacar que, na elaboração do material didático pedagógico dos cursos, tinha-se uma visão do ambiente na sua totalidade, mas o debate sobre esta questão se deu de forma parcial e localizada, abrangendo apenas a área a ser impactada pelo empreendimento, onde se encontravam os atingidos.

### **INÍCIO DO SÉCULO XXI: A LUTA ANTSSISTÊMICA**

Neste início de século, o MAB passou por uma redefinição teórico/organizacional, que foi amplamente debatida e divulgada no Congresso Nacional do Movimento, realizado em março de 2006, na cidade de Curitiba (PR). Esta redefinição teórica/organizacional está ligada à aproximação e posterior inclusão do MAB junto à Via Campesina e a Consulta Popular, o que levou o Movimento a repensar seus propósitos e formas de ação, bem como a necessidade de novos subsídios teóricos que servissem de orientação. Para a compreensão desta nova fase, na qual o MAB passa a se inserir, faremos uma descrição de algumas idéias contidas em textos debatidos pelos integrantes do Movimento.

### **NOVOS REFERENCIAS TEÓRICO/METODOLÓGICOS DE ORIENTAÇÃO DO MAB NESTE INICIO DE SÉCULO**

As mudanças impostas pelo neoliberalismo à economia e à política mundial, com seus efeitos nacionais e, mais especificamente, em relação à política energética, levaram o MAB a se reestruturar. Ter um conhecimento mais aprofundado dos efeitos destas mudanças e traçar novos caminhos a serem seguidos pelo Movimento passou a integrar a pauta de suas discussões.

A realidade que o MAB estava vivenciando era a do domínio cada vez maior do capital privado sobre o setor elétrico, discussão para construção de centenas de novas hidrelétricas<sup>12</sup>, ocorria a diminuição do tempo entre a proposição para a realização dos empreendimentos e o início da construção das hidrelétricas. Também, se dava, de forma cada vez mais intensa, a judicialização do Movimento; as empresas privadas buscavam desmoralizar o MAB junto às comunidades a serem atingidas por novos empreendimentos hidrelétricos; também, evidenciou-se que depois de ocorrerem as indenizações a maioria dos atingidos se distanciava do Movimento.

A partir destas constatações, lideranças do MAB passaram a fazer uma leitura marxista do mundo, com destaque ao marxismo-leninista, pela qual organizaram um pensamento que se fundamenta na compreensão da realidade vivenciada associada a uma nova dinâmica de ação, buscando se inserir nas discussões mundiais sobre a possibilidade de “um outro mundo” e na organização de um novo projeto popular para o Brasil. Com a expansão do neoliberalismo, ocorreu uma nova corrida, por parte de grandes grupos econômicos, a fim a de se apoderarem das empresas estatais e dos setores da economia que as mesmas controlavam. O Estado interventor, principalmente em decorrência da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, passou a diminuir seu poder de intervenção por intermédio das privatizações, ampliando-se a separação entre poder econômico e político. O discurso dos defensores do neoliberalismo era marcado pelo sonho de se voltar à livre concorrência nas atividades que estavam sob domínio do Estado, o que levaria a uma melhoria na qualidade e queda de preços dos produtos e serviços oferecidos.

O entendimento que as lideranças do MAB passaram a ter é que estava ocorrendo uma nova onda de expansão do capital, na forma imperialista, porém com a máscara neoliberal, que buscava se apropriar de territórios. A ampliação do domínio do capital financeiro sobre a economia mundial, centrado em bancos e organizações internacionais de financiamento, era o que dava a sustentação a este novo modelo de expansão do capitalismo. No setor elétrico, um número reduzido de empresas estava se apossando das fontes de energia - usinas hidrelétricas - em diferentes países. No afã de ampliar seus lucros, o grande capital estava expropriando e desestruturando muitas comunidades tradicionais.

<sup>12</sup> No Plano de Energia para 2015 estavam previstas a construção de mais de 400 hidrelétricas no país.

O que estaria ocorrendo era a implantação, em escala mundial, de um novo colonialismo, centrado no domínio de grandes empresas, que tem suas origens em países desenvolvidos, com o apoio de grupos nacionais. Este novo colonialismo, caracterizado como imperialista e monopolista, é semelhante ao que ocorria no fim do século XIX e início do século XX. Ao analisar-se a caracterização que Lênin (1987) fazia daquela época e ao compará-la com a atualidade podem-se identificar muitas semelhanças.

Sobre o imperialismo, Lênin (1987:88) destaca as seguintes características fundamentais:

- 1 – concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica;
- 2 – fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base desse capital financeiro, de uma oligarquia financeira;
- 3 – diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular;
- 4 – formação de uniões internacionais de monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- 5 – termo de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

Buscando explicar a formação de monopólios e suas conseqüências, Lênin (1987) destaca que o monopólio nasceu da concentração de produção; os monopólios conduziram ao controle cada vez maior das principais fontes de matéria prima; eles se desenvolveram através de bancos; e resultam da política colonial. Tem-se a impressão que a realidade vivenciada por Lênin se transferiu para a atualidade, e a reestruturação do setor elétrico, sob domínio do capital internacional, que se apropriava de diversos territórios e quebrava a soberania nacional, seria uma pista desta situação.

Ao fazer a análise sobre como o MAB vinha se organizando e atuando, lideranças do Movimento identificaram que sua organização era artesanal e sua atuação estava centrada na questão econômica, não contribuindo para que ocorresse, realmente, transformação social, apenas, ou no máximo, reformas sociais que poderiam ser perdidas a qualquer momento. Tratando mais especificamente da luta do MAB, o que se via era uma “falta de lógica” por parte do capital na forma de indenizar os atingidos, sendo que ganhos econômicos e sociais ocorridos em uma barragem não se repetiam em outra. Continuaría sendo as condições de organização e ação do Movimento que definiriam as condições de indenização. Também, ficou evidente para as lideranças que não seria possível cessar a política de construção de grandes barragens mantendo-se a atual lógica de atuação do Movimento.

As lideranças interpretaram que a trajetória do MAB vinha sendo marcada por uma proximidade com as idéias de Bernstein e outros revisionistas (LUXEMBURGO, 1999), que acreditavam ser possível fazer a transformação da sociedade por reformas sociais, negando a necessidade de expropriação da classe capitalista.

A teoria de Bernstein se atinha, unicamente, à reforma da ordem capitalista, não à supressão do assalariamento, buscava a diminuição da exploração sobre o trabalhador, em suma, a supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo. Partindo destes pressupostos a luta dos trabalhadores teria a finalidade de alcançar uma forma mais justa de repartição dos lucros da riqueza social.

Negando as idéias de Bernstein, Luxemburgo (1999) diz que este autor abandonou a “teoria do desmoroamento”, negou a necessidade de expropriação e estabeleceu como finalidade do movimento operário a realização progressiva do “princípio do cooperativismo”, que representa uma adaptação ao capitalismo.

Nesta perspectiva colocava em xeque a existência de classes, a necessidade da luta de classe e proclama a reconciliação com o liberalismo burguês. A lógica dos Novos Movimentos Sociais, as negociações do PT com partidos políticos que representam os interesses do capital, a submissão das centrais sindicais ao ditame do capital foram amostras de que o projeto popular que veio sendo construído nas últimas décadas no Brasil era apenas reformista.

Para fazer frente ao capitalismo fazia-se necessário a profissionalização dos movimentos sociais com posição antissistêmica e que, para tanto, dever-se-ia atuar em três frentes: política, econômica e teórica. O trabalho artesanal é marcado pela espontaneidade das pessoas, sem maiores

preparações e estudos, não agregando conhecimentos sobre si e sobre outros grupos sociais, impedindo uma boa organização e a possibilidade de, realmente, fazer frente ao capital.

A visão economicista é marcada, também, pela espontaneidade das massas, incitando os operários a pensar somente na atitude do governo em relação à classe operária, não levando ao desenvolvimento da consciência política dos operários e desemboca na impotência política (LÊNIN, 1979). A profissionalização e garantia de estabilidade para as lideranças passaram a ser entendidas como fundamentais, pois, somente capacitados e podendo se dedicar à causa na qual estão envolvidos, teriam a possibilidade de promover um processo de grandes transformações sociais. Seriam estas lideranças profissionais que conseguiriam transformar a luta espontânea dos operários em uma verdadeira luta de classe. Estas lideranças formariam a vanguarda da organização, que deveria ser integrada tanto por trabalhadores como por intelectuais, sendo que estas diferenças não deveriam ser motivos de hierarquia entre eles.

Conforme foi destacado anteriormente, a atuação das lideranças deve levar a uma ação que extrapole a questão econômica, inserindo discussões políticas e debates teóricos. Para tanto, faz-se necessária a adoção de matrizes teóricas que realmente conduzam os trabalhadores a lutar por uma “outra sociedade”<sup>13</sup>. Torna-se importante a leitura e o domínio do conhecimento, tanto para lideranças como para os trabalhadores, não devendo o nível de conhecimento das lideranças rebaixar-se ao nível das massas, e sim, elevar o nível de consciência dos trabalhadores, com leituras populares acessíveis aos diferentes graus de conhecimento dos mesmos.

Neste sentido, o setor de educação do MAB passou a ser mais valorizado, fomentando e buscando condições objetivas para que militantes pudessem participar de cursos técnicos ou de nível superior nas escolas mantidas pela Via Campesina e, também, participar de convênios com faculdades e universidades públicas e privadas, nas quais, ou de forma individual, ou na formação de turmas especiais, seus militantes pudessem se qualificar. Cursos de formação de militantes de maior duração (15 dias a 30 dias), com várias etapas, também passaram a ser realizados junto a universidades ou contratando consultorias particulares.

A centralização das decisões, assumida pela coordenação do MAB, evitaria a perpetuação das ações espontâneas e possibilitaria uma formação paulatina e seqüencial de lideranças e das massas, formando um pensamento homogêneo em relação à exploração do capital sobre o trabalho.

A avaliação feita pelas lideranças do MAB é que a prática do Movimento estava deficitária de referências teóricas e de um plano prático, atendo-se a uma função sindical e não conseguindo estimular a criação de uma organização que pudesse contribuir para que fossem realizadas grandes transformações sociais. O máximo que conseguiam eram algumas reformas sociais em benefício dos trabalhadores, enquanto, o capital monopolista continuava a se expandir de forma acelerada. Superar a visão puramente economicista e artesanal (sindicalista-reformista) predominante no MAB passava a ser uma necessidade primordial. O MAB passa a negar, em parte, as matrizes discursivas que o orientaram até o momento, sintetizadas na idéia de Novos Movimentos Sociais.

Diante da nova realidade apresentada o que deveria o MAB fazer? Negar a lógica de pensamento despolitizada dos Novos Movimentos Sociais e participar da organização de um novo projeto popular, embasado de forma mais profunda na teoria marxista, por meio da Via Campesina<sup>14</sup>, Consulta Popular<sup>15</sup> e outras organizações com orientações semelhantes. Também, deveria repensar quem são os atingidos pelo novo modelo implantado no setor elétrico e incluir novas estratégias e táticas de atuação.

## O CONCEITO DE ATINGIDO POR BARRAGENS

Uma das questões que sempre esteve envolvida nas discussões entre organização de atingidos e responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos foi a conceituação de “atingido”. Neste item propomo-nos apresentar diferentes conceitos de atingidos por barragens que foram definidos pelos responsáveis pela construção destes empreendimentos, por instituições que financiam estas obras, por estudiosos do tema e o debate que, atualmente, o MAB faz sobre a

<sup>13</sup> Podemos no referir a Lênin (1979:52) quando destaca que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”.

<sup>14</sup> Maiores informações sobre a Via Campesina poderão ser obtidas em Niemeyer (2007).

<sup>15</sup> Maiores informações sobre a Consulta Popular poderão ser obtidas em Gebrim (2005a e 2005b).

questão, mudando o foco de atingido por barragens para atingido pelo preço da energia.

O conceito de atingido por barragem, que parece ser tão natural, é construído socialmente e vem sendo remodelado ao longo dos tempos e em diferentes espaços. A ação dos atingidos e o aprendizado que estes vêm adquirindo nesta prática, que traz à tona novas necessidades discursivas e que leva a novas práticas, num constante movimento transformador de suas realidades, vai transformando-os enquanto tais e faz com que o conceito que os explique também seja reestruturado. A constituição do MAB deu uma identidade única aos atingidos por barragens, que, antes, eram identificados como afogados (FERNANDES, 2000), expropriados (MAGALHÃES, 1990; GERMANI, 2003) entre outros.

O conceito de atingido aplicado a cada barragem é geralmente cunhado no conflito entre os atingidos e os responsáveis pelo empreendimento, e no conhecimento/reconhecimento pelos atingidos de direitos que extrapolam a legalidade e questionam o projeto de desenvolvimento que vem sendo colocado em prática. Ao se definir quem é atingido está se delimitando a área e as pessoas impactadas pelo empreendimento, e, ao mesmo tempo, delimitando-se o território de luta entre os grupos conflitantes. Para os empreendedores, o importante é ter um conceito que limite ao mínimo a área e o número de pessoas atingidas, enquanto que, para o Movimento o objetivo é inverso.

Vainer (2005) apresenta uma série de conceitos de atingido, que foram sendo delimitados nos últimos tempos, apontando um determinado reconhecimento de demandas feitas pelos atingidos, deixando, porém, a desejar, no momento de colocá-los em prática.

Uma primeira conceituação de atingido foi dada pelos empreendedores (MME, Eletrobrás e suas subsidiárias etc.), ao elaborarem seus primeiros projetos hidrelétricos, e estava voltada para uma “concepção territorial-patrimonialista”. A perspectiva é a ação do empreendedor, que é o elemento central na discussão, e entende-se como o atingido o proprietário da terra necessária para a implantação do empreendimento que tenha documentação sobre a mesma. A área de abrangência do empreendimento passa a ser entendida como de interesse público, e o responsável pela obra tem meios de fazer a desocupação da mesma, devendo indenizar quem se encontra com documentação legalizada perante as exigências do Estado. O termo central deste debate é o direito de propriedade, tanto dos impactados como de quem recebe autorização para implantar o empreendimento. A população é vista como mais um obstáculo a ser removido, numa perspectiva não muito diferente ao da remoção da fauna e a flora<sup>16</sup>.

Uma segunda conceituação, também centralizada no empreendedor, porém levando em conta algumas demandas colocadas pelos atingidos<sup>17</sup>, é a “concepção hídrica”, na qual atingido é aquele que se encontra na área a ser inundada, abarcando tanto proprietários como não-proprietários (parceiros, meeiros, ocupantes etc.), que serão obrigados a migrar em função do empreendimento. O impacto reconhecido é o impacto econômico, não se considerando as mudanças ambientais, políticas, sociais e culturais que ocorrerão.

Outro conceito de atingido foi identificado por Vainer (2005) ao analisar documentos da *International Financial Corporation*<sup>18</sup>, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ele mostra que os órgãos de financiamento têm elaborado normas orientadoras a seus clientes, que dão um entendimento mais abrangente ao conceito de atingido, apesar de pequenas diferenças entre os mesmos, inserindo neste, tanto os que são impactados físico ou economicamente. O deslocamento físico ocorre nos casos em que as pessoas são forçadas a migrar, tendo ou não documentação sobre a área em questão. Já o deslocamento econômico se dá quando as pessoas perdem o acesso às áreas produtivas das quais tiravam seu sustento ou parte dele, sem necessariamente terem que passar pela migração compulsória. Dentre os deslocados economicamente podemos citar casos de comerciantes que, possuindo vínculos econômicos com as famílias que migraram, têm seus ganhos econômicos reduzidos; pescadores, que são impactados pela diminuição do potencial de pescado a seu dispor, em função do

<sup>16</sup> Nesta abordagem, o tratamento dado à população que mora na área da obra fica explícito nas palavras de um senhor que trabalhou na construção da hidrelétrica de Itaipu e, atualmente, está trabalhando em outra barragem. Numa conversa informal, ele reproduziu a fala de um dos diretores responsáveis pela remoção das famílias da área a ser inundada pela barragem de Itaipu, que lhe disse: “o importante é fazer a barragem e represar a água, pois depois que a água começar a ocupar as margens do rio a macacada [atingidos] pula fora por conta”.

<sup>17</sup> Destacamos aqui o discurso de “Terra por Terra”, o qual incluía, como atingido a ser indenizado, aquele que não tinha documento sobre a área da qual tirava seu sustento.

<sup>18</sup> A *International Financial Corporation* constitui, por assim dizer, o braço privado do Grupo Banco Mundial.

barramento do rio; como também oleiros, comunidades de vazanteiros etc. Também devem ser consideradas as perdas sociais que a população atingida venha a ter, como perdas comunitárias ou familiares – sociabilidade e afetividade, bem como possíveis impactos sociais e ambientais nas comunidades nas quais serão inseridos os reassentamentos.

A Comissão Mundial de Barragens (CMB), que foi formada por representantes de várias entidades com posições favoráveis ou críticas aos grandes empreendimentos e por especialistas do setor hidrelétrico, com o objetivo de fazer um diagnóstico independente da eficácia destes empreendimentos e sugerir alternativas, também buscou dar um sentido amplo ao conceito de atingido. Vainer (2005) destaca que as considerações da CMB se aproximam dos organismos de financiamento, dando destaque à questão temporal, chamando a atenção para os impactos que podem vir a ocorrer após a finalização do empreendimento, à realização de subprojetos associados ao empreendimento (linhas de transmissão, vias de acesso etc.) e aos impactos nas comunidades à jusante do barramento, que sofrerão com a mudança do nível hidrológico, da qualidade da água, do potencial de pesca etc.

Outro conceito apresentado por VAINER (2005) é o de “atingido comunidade”<sup>19</sup> destacando a inserção dos atingidos na comunidade onde residem, formando uma rede de sociabilidade. No momento em que um número considerável de famílias é obrigado a migrar, ocorrem perdas significativas na estrutura social das mesmas, chegando a inviabilizar a existência da comunidade. As famílias que não se encontram na Área Diretamente Afetada (ADA) deveriam ter o direito de optar por migrarem junto com as demais famílias da comunidade para o reassentamento, no qual poderiam ser mantidos os laços comunitários existentes, ou deveriam ser pensadas formas de mitigar estas perdas comunitárias.

Com a pressão dos movimentos e organizações sociais e ambientais<sup>20</sup>, a própria Eletrobrás passou a redefinir seu conceito de atingido, em documentos ligados ao setor elétrico, inserindo as dimensões ambiental, social e cultural na sua formulação. Desta forma, a empresa estatal passa a assumir os danos que motivaram muitos conflitos com os atingidos. A nova discussão colocada pela Eletrobrás vem por meio de seu planejamento regional, e passa a buscar a inserção regional de seus empreendimentos, de forma que não sejam desvinculados da área em que forem construídos. Assim, a área que abrange o meio físico e biótico passa a ser distinta daquela que envolve as relações sócio-econômicas e culturais. A dimensão temporal também é destacada, ao aceitar que existem impactos que surgem antes mesmo do início da obra<sup>21</sup> e outros que só se farão sentir depois que o empreendimento estiver em funcionamento<sup>22</sup>.

Se, em seus documentos, os órgãos de financiamentos, a CMB e a Eletrobrás passam a apresentar um conceito amplo sobre atingido, na prática, várias empresas responsáveis pelos empreendimentos – tanto públicas como privadas -, além das empresas consultoras dos EIA/RIMA e os órgãos ambientais responsáveis pelos licenciamentos, continuam aplicando concepções vinculadas à patrimonialista e hídrica. Por isso, Vainer (2005) destaca que quem está dando uma função prática a estes documentos são os próprios atingidos organizados, por meio de pressão.

Um novo conceito de atingido vem sendo cunhado no seio do MAB neste início de século, o de “atingido pelo preço da energia”, fruto de sua nova orientação teórica e política<sup>23</sup>, baseado na reestruturação que ocorreu no setor elétrico, no qual as privatizações, o incentivo para construção de novas UHEs e a elevação do preço da energia surgem como algumas consequências desta reestruturação. A perspectiva da construção de centenas de grandes UHEs no Brasil ligadas aos interesses de capitais privados e, na maioria das vezes, de origem internacional, que buscam dominar as fontes de energia, levou o MAB a extrapolar suas ações das barrancas dos rios para abranger os trabalhadores urbanos. Juntamente com a privatização do setor elétrico veio a elevação do preço da energia, sendo que os maiores custos recaem sobre os trabalhadores, considerados consumidores cativos<sup>24</sup>.

<sup>19</sup> Uma importante referência teórica utilizada nesta definição foi a dissertação de Mestrado de Sandra Tosta Faillace intitulada *Comunidade, Etnia e Religião: um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC)*, defendida em 1991 junto ao Museu Nacional/RJ.

<sup>20</sup> Sindicatos, ONGs, instituições religiosas, movimentos sociais etc.

<sup>21</sup> Como a diminuição de investimentos produtivos nas propriedades, as pressões para venda de propriedades ou abandono de áreas ocupadas.

<sup>22</sup> Alterações nas características do setor pesqueiro, perda de áreas exploradas com atividades turísticas etc.

<sup>23</sup> Orientação teórica voltada para a discussão do preço da energia e releituras de autores marxistas. Orientação política voltada ao enfrentamento direto com o capital na busca de se chegar a uma sociedade socialista.

<sup>24</sup> Consumidores Cativos são aqueles que são obrigados a consumir energia elétrica de uma única empresa

Grandes grupos econômicos, que englobam empresas que vendem máquinas e equipamentos para hidrelétricas, bancos, construtoras, indústrias de cimento, indústrias eletrointensivas<sup>25</sup> etc., passaram a dominar o setor elétrico, seja por sua inserção nos consórcios de construção de UHEs e geração de energia elétrica e/ou pela compra de UHEs em operação, bem como pela aquisição de energia no mercado livre, a preços menores. O grande capital passa a ser beneficiado na construção dos empreendimentos hidrelétricos, seja pelo alto preço que passou a receber pela venda de energia elétrica, como pelo preço reduzido que poderá vir a pagar no consumo de energia e/ou por tornar-se autoprodutor da energia que virá a consumir.

Com o conceito de “atingido pelo preço da energia”, o MAB passa ter a compreensão de que não são apenas os moradores que se localizam na barranca dos rios onde são construídas as Usinas Hidrelétricas que sofrem os impactos negativos causados pela nova política do setor elétrico, mas toda a população que se vê obrigada a pagar um elevado preço de energia para sustentar os altos lucros dos investidores, que se apropriam dos recursos naturais do país e comprometem a própria soberania nacional.

Nesta nova concepção de atingido, novas demandas passam ser colocadas em pauta pelo MAB, além daquelas que já são históricas, como a não construção de grandes hidrelétricas, de indenizações justas, de repotencialização de usinas hidrelétricas mais antigas etc. Dentre as novas demandas está a isenção de tarifas às famílias que consomem menos que 100 kw mês; aplicação do desconto da Tarifa Social de Energia<sup>26</sup>; igualdade de preços a serem pagos por todos os consumidores; garantia de que todas as residências tenham acesso à energia elétrica, bem como a construção de um Projeto Popular que elimine a exploração do capital sobre o trabalhador.

Envolver os trabalhadores urbanos no debate sobre este novo conceito de atingido e inserir este tema na pauta das organizações destes trabalhadores passa a ser uma das metas a ser alcançada pelo MAB nos próximos anos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os movimentos sociais de contestação, neste início de século XXI, vêm se reestruturando, tomando como referência a luta antissistêmica. A implementação do neoliberalismo e a forma como alguns governantes, que foram eleitos com intenso apoio popular, tem conduzido seu governo, levaram a um descrédito da possibilidade de transformações sociais atuando no interior do sistema capitalista. A superação do capitalismo, pela intensa ação dos trabalhadores organizados, passa a ser colocado como a forma de se chegar a uma maior igualdade social.

Na tentativa de fazer frente à expansão do capital, principalmente no meio rural, será formada a Via Campesina, que tem abrangência planetária. Já, para organizar um novo projeto popular para o Brasil, envolvendo tanto trabalhadores organizados do campo e da cidade, formou-se a Consulta Popular. Estas duas entidades, somadas a outras, que são formadas por diferentes organizações sociais – movimentos sociais, grupos ligados à Igreja, sindicatos, organizações de estudantes – tem buscado organizar uma pauta comum de debate e ações envolvendo os diferentes grupos que as formam.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que teve sua gênese ligado à Igreja progressista e ao sindicalismo combativo, com uma aproximação junto à CUT, por intermédio de mudanças em suas matrizes teóricas, tem alterado sua forma de ação e busca ampliar sua base social de sustentação.

Leituras marxista-leninistas passaram a orientar lideranças do Movimento, levando ao entendimento que a reestruturação do setor elétrico fez alterar o próprio “conceito de atingido”. Se, até então, este conceito estava ligado aos impactos causados pela construção do empreendimento hidrelétrico, com o novo referencial assumido pelo MAB, devido ao controle que o capital privado passou a ter sobre o setor elétrico, o conceito de atingido passa por uma ampliação, envolvendo os pequenos e médios consumidores de energia. Esses consumidores, tanto do campo como da cidade, têm ficado à mercê dos interesses do capital que passou a definir os valores a serem pagos pelas tarifas de energia elétrica.

---

distribuidora, não tendo opção de compra deste bem de outras empresas.

<sup>25</sup> Indústrias eletrointensivas são aquelas que consomem grande quantidade de energia elétrica.

<sup>26</sup> Por esta tarifa, os consumidores familiares que consumirem abaixo de 220 kw/h possuem o direito de um desconto na sua tarifa de energia. Quanto menor o consumo, maior o percentual desse desconto. Como exemplo podemos destacar que, quem consumir até 30 kw/h, tem direito a 66% de desconto na tarifa; quem consumir até 100 kw/h, terá direito a 49% de desconto; e quem consumir até 220 kw/h, terá desconto de 26%.

O enfrentamento dos atingidos, que num primeiro momento, se dava contra o Estado, passa a ser com o capital. Esse enfrentamento tem tido como consequência uma criminalização do Movimento e uma dificuldade de identificar o responsável pelo empreendimento hidrelétrico em questão, pois envolve um Consórcio de empresas, muitas vezes, não tendo um grupo específico que responde por todo o empreendimento.

Atuar junto aos trabalhadores urbanos e em rede com outros movimentos sociais tem sido a forma que o MAB vem assumindo para fazer frente à onda de dominação do capital sobre o setor elétrico.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Yolanda Vieira de. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro: questões e perspectivas**. 1999. Dissertação (Mestrado em Energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (9-23).

BARROS, Roberto Della Santa. **Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil: gênese, desenvolvimento e perspectivas da campanha (inter)nacional contra a ALCA**. Redes de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de America Latina y El Caribe. 2005. Disponível em: <[www.clacso.org.ar/biblioteca](http://www.clacso.org.ar/biblioteca)> Acesso em: 23 jan. de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOSCHIERA, A. A. **Globalização e movimentos sociais: o caso do Movimento União dos Lavradores do Vale de Guaporé – Mato Grosso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

FUNEZ, L.M. **Educação ambiental como processo emancipatório: tensões, conflitos e ações pedagógicas no contexto dos atingidos por Barragens na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Convênio Universidade do Contestado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2002.

GEBRIM, Ricardo. **Sobre o instrumento político**. Consulta Popular, 2005a. Disponível na internet: <<http://www.consultapopular.org.br/documentos/sobre/o-instrumento/14j.pdf/>> Acesso em: 17 jun. 2008.

GEBRIM, Ricardo. Movimento Consulta Popular. In: **SEMINÁRIO PARTIDOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA**”. Organização Fundação Rosa Luxemburgo. 2005b. Disponível na internet: <<http://www.consultapopular.org.br/sobre/o-movimento-consulta-popular/>> Acesso em: 17 jun. 2008.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA:ULBRA, 2003.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes**. 2007. Tese (Doutorado em Energia)- Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. 4ª ed. – São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_. **Que fazer: as questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: Hucitec, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAGALHÃES, S B. Campesinato e Hidrelétricas: Uma Visão Sobre o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. In: VIANNA, Aurélio (org.) **Hidrelétricas, ecologia e progresso**: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MORAES, Maria Stela Marcondes. **No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990**. 1994. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1994.

MORAES, Maria Stela Marcondes. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: da Universidade/UFRGS, 1996. (137-170).

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. (p. 62-105).

NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação Democracia**. Florianópolis: 25 a 27 de abril de 2007, UFSC.

NIEMEYER, Carolina Burle de e RAMOS, Leonardo. A árdua tarefa de ser contra-hegemônico: A Via Campesina em luta contra a OMC. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, de 29 de maio a 01 de junho de 2007.

NOBRE, Eduardo A.C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e gentrificação no processo de renovação urbana no Pelourinho. In: **X Encontro Nacional da ANPUR (Anais)**. Belo horizonte, 2003.

PINHEIRO, Daniele Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas conseqüências no tratamento de questões sociais e ambientais**: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

ROHTMAN, Franklin Danie. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai, 1979-1983. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996 (106-136).

RUSZCZYK, João Carlos. **Espaço da água, espaço da terra no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB/CRAB – 1979-1992**. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: 2ª ed., Edições Loyola, 1993 e 1996.

STEDILE, João Pedro. Conjuntura internacional da agricultura. In: **IV Conferência Internacional da Via Campesina**: documentos preparatórios. Via Campesina, 2004 (8-16).

VAINER, Carlos Bernardo. **O conceito de Atingido**: uma revisão do debate e diretrizes. IPPUR/ UFRJ.P. 01-23. Julho de 2005.

VAINER, Carlos B. e ARAÚJO, Frederico Guilherme B de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIA CAMPESINA BRASIL. **Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética**. Brasília: Via Campesina, 2007.

VIA CAMPESINA BRASIL. **IV Conferência Internacional da Via Campesina: documentos preparatórios**. São Paulo: Via Campesina, 2004.

VIA CAMPESINA BRASIL. **Via Campesina: histórico, natureza, linhas políticas internacionais, projeto popular para a agricultura brasileira**. São Paulo: Via Campesina, 2002.

VIEIRA, Flávia Braga. **Do confronto dos vales aos fóruns globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? In: LEHER Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005 (263- 276).

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005 (198-207).